



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM**  
Estado de Pernambuco

**LEI N.º 01/2001.**

**Ementa:** Orça a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício de 2001.

O Prefeito do Município de **Surubim**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

**Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Surubim**, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2001, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, orça a RECEITA em **R\$ 12.000.000,00** (Doze milhões de Reais) e fixa a DESPESA em igual importância.

**Art. 2º - A RECEITA** se constituirá mediante a arrecadação prevista na legislação em vigor, especificada em anexo e de acordo com o seguinte desdobramento:

**RECEITAS CORRENTES**

1. Receita Tributária .....	R\$	550.000,00
2. Receita Patrimonial .....	R\$	52.000,00
3. Receita Agropecuária .....	R\$	80.000,00
4. Receita Industrial .....	R\$	12.000,00
5. Receita de Serviços .....	R\$	160.000,00
6. Transferências Correntes .....	R\$	9.088.000,00
7. Outras Receitas Correntes .....	R\$	258.000,00
Sub-Total .....	R\$	10.200.000,00

**RECEITAS DE CAPITAL**

1. Operações de Crédito .....	R\$	180.000,00
2. Alienação de Bens .....	R\$	400.000,00
3. Transferências de Capital .....	R\$	1.100.000,00
4. Outras Receitas de Capital .....	R\$	120.000,00
Sub-Total .....	R\$	1.800.000,00
Total .....	R\$	12.000.000,00

**Art. 3º - A DESPESA** será realizada mediante a discriminação do Programa de Trabalho por Funções, Órgãos e Categorias Econômicas, segundo as Unidades Orçamentárias, distribuídas da seguinte forma:

**A - DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

**3.0 - DESPESAS CORRENTES**

3.1 - Despesas de Custeio .....	R\$	9.089.000,00
3.2 - Transferências Correntes .....	R\$	773.000,00
Sub-Total .....	R\$	9.862.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM**  
Estado de Pernambuco

**4.0 - DESPESAS DE CAPITAL**

4.1 - Investimentos .....	R\$	1.965.000,00
4.2 - Inversões Financeiras .....	R\$	148.000,00
4.3 - Transferências de Capital .....	R\$	25.000,00
Sub-Total .....	R\$	<u>2.138.000,00</u>
TOTAL .....	R\$	12.000.000,00

**B - DESPESAS POR FUNÇÕES**

01 - Legislativa .....	R\$	720.000,00
03 - Administração e Planejamento .....	R\$	2.551.000,00
04 - Agricultura .....	R\$	274.000,00
05 - Comunicações .....	R\$	16.000,00
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública .....	R\$	28.000,00
08 - Educação e Cultura .....	R\$	3.034.000,00
09 - Energia e Recursos Minerais .....	R\$	20.000,00
10 - Habitação e Urbanismo .....	R\$	886.000,00
11 - Indústria, Comércio e Serviços .....	R\$	10.000,00
13 - Saúde e Saneamento .....	R\$	2.718.000,00
14 - Trabalho .....	R\$	20.000,00
15 - Assistência e Previdência .....	R\$	1.616.000,00
16 - Transportes .....	R\$	<u>107.000,00</u>
TOTAL .....	R\$	12.000.000,00

**C - DESPESAS POR ÓRGÃOS**

Câmara Municipal .....	R\$	720.000,00
Administração Superior .....	R\$	198.000,00
Secretaria de Administração .....	R\$	1.158.000,00
Secretaria de Finanças .....	R\$	793.000,00
Secretaria de Educação .....	R\$	2.933.000,00
Secretaria de Transportes, Saneamento e Urbanismo .....	R\$	2.287.000,00
Secretaria de Saúde .....	R\$	2.324.000,00
Secretaria de Trabalho e Ação Social .....	R\$	707.000,00
Secretaria de Governo .....	R\$	87.000,00
Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes .....	R\$	424.000,00
Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio .....	R\$	<u>369.000,00</u>
TOTAL GERAL .....	R\$	12.000.000,00

**Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:**

I – Atualizar os valores constantes desta Lei, sejam as rubricas da receita, sejam dotações da despesa fixada, de acordo com os índices inflacionários verificados no período compreendido entre os meses de julho a dezembro/2000, explicitando os critérios adotados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM**

**Estado de Pernambuco**

II - abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da DESPESA fixada, inclusive transposição de uma categoria econômica para outra, utilizando como recursos o que dispõe os artigos 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, para atender as despesas cujas dotações se verifiquem insuficientes no decorrer do exercício de 2000.

III - Contratar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada e devidamente corrigida.

**Art. 5º -** A presente lei entrará em vigor a partir de 1º Janeiro de 2001.

**Art. 6º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2001.**

  
**HUMBERTO DA MOTA BARBOSA**  
- Prefeito -